



REVISTA TURISMO ESTUDOS & PRÁTICAS

ISSN: 2316-1493

PREFÁCIO/FOREWORD

DINÂMICAS NACIONAIS DE GESTÃO EM TURISMO: PERSPECTIVAS COMPARADAS

NATIONAL DYNAMICS OF TOURISM MANAGEMENT: COMPARATIVE PERSPECTIVES

Arlindo Souza Neto¹
Jean Henrique Costa²
Raoni Borges Barbosa³

O dossiê CAMINHOS CULTURAIS: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE NO TURISMO, organizado por Leylane Meneses Martins e Elídio Vanzella para a *Revista Turismo Estudos e Práticas (RTEP/GEPLAT/UERN)*, está inserido em um movimento crescente de produção científica voltada ao estudo comparado de práticas, políticas e estratégias relacionadas ao turismo em países lusófonos. A articulação entre Brasil e Moçambique, dois territórios historicamente conectados e marcados pela diversidade cultural, amplia o campo de investigação e permite observar como diferentes realidades nacionais formulam e reconfiguram modelos de gestão turística, iniciativas promocionais e práticas socioculturais que influenciam o desenvolvimento desse setor.

A proposta do dossiê parte da compreensão de que o turismo contemporâneo possui dimensões cada vez mais complexas, abrangendo desde desafios vinculados à conservação e preservação ambiental, à hospitalidade e lazer, à acessibilidade e à valoração cultural até a processos de marketing territorial e à construção de uma

¹Sociólogo e Doutor em Antropologia pela UFPE, atua como Docente do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN, no qual desenvolve uma pesquisa de pós-doutorado.

²Sociólogo e Doutor em Ciências Sociais pela UFRN. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

³Cientista Social e Doutor em Antropologia pela UFPE. Professor Visitante da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA.



imagem que seja virtualmente vendável. Nesse sentido, a reunião de estudos comparativos envolvendo Brasil e Moçambique oferece um panorama que contribui significativamente para o avanço da literatura especializada, apresentando análises que aproximam essas realidades distintas sem desconsiderar suas especificidades sociohistóricas, socioculturais e socioeconômicas.

Os seis artigos aqui reunidos, desenvolvidos por pesquisadores de diferentes instituições e formações, demonstram a potência e vitalidade das pesquisas sobre turismo em contextos transatlânticos. Juntos, eles evidenciam como a análise comparada pode gerar contribuições consistentes para o planejamento de políticas públicas, ao mesmo tempo em que amplia a compreensão sobre práticas culturais e desafios institucionais. Ao realizarem esse movimento, os artigos apresentam um conjunto de reflexões que fortalecem o diálogo acadêmico entre os dois países e enriquecem o debate contemporâneo sobre turismo em múltiplas escalas.

Nos seis artigos, a interlocução entre Brasil e Moçambique não se limita à esfera das transformações culturais advindas de uma globalização capitalista exagerada ou apenas de uma mercantilização das sociabilidades da vida moderna. Ela emerge, sobretudo, como campo de pesquisa em expansão e como oportunidade concreta de fortalecimento institucional e da valorização de patrimônios materiais e imateriais. Ao longo dos seis artigos, múltiplas realidades são aproximadas, revelando dois países que, embora marcados por trajetórias de colonialidade e desigualdades estruturais, reinventam continuamente práticas turísticas, mercados e expressões culturais independentes.

O primeiro artigo deste percurso é PLANO BRASIS E INATUR: A PROMOÇÃO DO TURISMO INTERNACIONAL NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE, de Adriana Brambilla, Priscila Fernandes Carvalho de Melo, Joana Ernesto Neves Uamusse e Gouveia Dramane Sumale. Nessa contribuição, os autores apresentam as diretrizes estratégicas que orientam a promoção turística internacional nos dois países, reconhecendo que o marketing não é apenas ferramenta de divulgação, mas um instrumento político de construção de imagem territorial. Os autores, ao analisarem o Plano Brasis e o PEDTM II, percebem a complexidade de elaborar políticas de marketing capazes de articular identidade, competitividade e sustentabilidade em um contexto global marcado por disputas simbólicas e fluxos turísticos cada vez mais diversificados. O texto evidencia as diferenças de maturidade institucional entre Brasil e Moçambique, mas também revela possibilidades de convergência, especialmente no reconhecimento da diversidade cultural como ativo estratégico e da necessidade de fortalecer a governança e o planejamento.

Avançando no dossiê, temos o segundo artigo, DAS PALAVRAS AOS SENTIMENTOS: ANÁLISE DA QUALIDADE EM MEIOS DE HOSPEDAGEM DE MOÇAMBIQUE COM BASE NO TOURQUAL, de Leylane Meneses Martins, Marília Ferreira Paes-Cesário e Thyago Velozo de Albuquerque. Com ele, somos convidados a examinar a experiência turística pela perspectiva das avaliações online, compreendendo que a reputação digital se tornou elemento central na escolha de destinos e meios de hospedagem. Os autores aplicaram o modelo TOURQUAL a seis hotéis moçambicanos premiados pelo TripAdvisor, o que foi possível revelar a importância do atendimento humano como principal vetor de positividade nas experiências. O texto expõe tensões entre infraestrutura, expectativas dos turistas e desafios de gestão, ao mesmo tempo em que afirma o papel estratégico da hospitalidade emocional e relacional em destinos emergentes. O artigo nos provoca a refletir sobre a força do conteúdo gerado pelo



usuário como indicador de qualidade e sobre a necessidade de aprimorar práticas de gestão que respondam tanto às demandas simbólicas quanto às operacionais.

O terceiro artigo, **TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS PLANOS DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ANHATOMIRIM (BRASIL) E DO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA (MOÇAMBIQUE)**, de Daiko Lima e Silva, Samuel Ribeiro dos Santos, Arsília Anastácio Maiela e Adriana Brambilla, aprofunda a relação entre turismo, conservação ambiental e políticas de manejo. A comparação entre a APA de Anhatomirim e o Parque Nacional da Gorongosa demonstra que, apesar de contextos ecológicos e históricos distintos, ambos os países têm buscado integrar o turismo como instrumento para a sustentabilidade. O artigo aponta desafios como pressão sobre a biodiversidade, tensões entre comunidades residentes e políticas de zoneamento, além de ressaltar a relevância da participação social, da educação ambiental e das economias verde e azul. Nesse sentido, o texto nos relembra que o turismo não pode ser compreendido apenas como vetor de desenvolvimento econômico, mas como prática que precisa dialogar com territorialidades vivas e com a urgência socioambiental global.

No quarto artigo, **TURISMO DE SOL E PRAIA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA DOS MUNICÍPIOS DE INHAMBANE (MOÇAMBIQUE) E JOÃO PESSOA (BRASIL)**, de Louis Philippe Patrick de Jongh Filho, João Bata Gove Júnior e Felipe Gomes do Nascimento, somos levados a uma reflexão comparativa sobre dois destinos litorâneos que compartilham características importantes de biodiversidade e desafios estruturais ligados ao ordenamento territorial. Ao discutir o turismo de sol e praia, os autores revisitam questões como poluição, especulação imobiliária, fragilidades participativas e práticas de gestão costeira. A análise apresentada evidencia, de modo geral, que tanto Inhambane quanto João Pessoa enfrentam dilemas semelhantes. O primeiro deles, o equilíbrio entre a atratividade turística e a preservação ambiental; o segundo, a garantia de segurança e acessibilidade aos usuários; e o terceiro, como fortalecer a participação comunitária nos processos decisórios, que estão envoltos a uma governança desigual. Nesse sentido, o texto reforça que o turismo costeiro requer não apenas políticas públicas que respondam às demandas da realidade, mas sim uma abordagem integrada que reconheça as dinâmicas ecológicas, sociais e econômicas que estruturam os territórios litorâneos.

Prosseguindo o percurso, chegamos ao quinto artigo **SABORES DO TERRITÓRIO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IMAGEM GASTRONÔMICA EM MANAUS (BRASIL) E MOÇAMBIQUE (ÁFRICA)**, de Alessandra Souza Queiroz Melo, Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins e Maria Albertina Pinto Rodrigues Munguambe. Com esta contribuição, somos convidados a refletir sobre a gastronomia como linguagem cultural e como elemento estratégico do turismo contemporâneo. A comparação entre Manaus e Moçambique evidencia que os sabores, ingredientes e narrativas culinárias não apenas atraem visitantes, mas também reforçam identidades e promovem pertencimentos e discursos territoriais. O texto nos mostra que a experiência gastronômica não é mero complemento da viagem, mas componente central da imagem turística, capaz de mobilizar memória afetiva, tradição, criatividade e comunicação institucional. O artigo demonstra que o exame de eventos e práticas de divulgação joga luz a um campo em expansão que exige planejamento e valorização das histórias que cada prato carrega consigo, adensando as experiências culturais.

Por fim, o dossiê encerra com o sexto artigo, **A SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NOS CENTROS HISTÓRICOS DAS CIDADES DE SALVADOR, NO BRASIL, INHAMBANE E**



MAPUTO EM MOÇAMBIQUE, de Simone Neto de Santana Oliveira, Fernando Firmino Massango, Francinete da Silva Guilherme, Fernanda Silva Araújo dos Santos e Elídio Vanzella. O texto parte de uma análise comparativa da sinalização turística, muitas vezes invisibilizada no debate público e acadêmico, destacando que ela é determinante para a qualidade da experiência do visitante, principalmente em centros históricos que carregam densidade simbólica e patrimonial. Ao examinar placas, pictogramas, mapas, totens e dispositivos de comunicação, os autores evidenciam diferenças no grau de padronização, conservação e acessibilidade entre as cidades analisadas, consequentemente, gerando falhas estruturais. O texto, ainda, reconhece boas práticas e reforça que a sinalização inclusiva é requisito para democratizar o acesso ao patrimônio cultural, destacando que a acessibilidade deve ser entendida como dimensão ampliada do turismo, ou seja, a boa comunicação de um território é condição fundamental para garantir que todos possam experimentar espaços com autonomia e segurança.

Os seis artigos se complementam de maneira orgânica, cada texto ilumina aspectos distintos do turismo no Brasil e em Moçambique, mas todos convergem para questões centrais, tais como sustentabilidade, identidade cultural, políticas públicas, participação social, marketing territorial e qualidade da experiência turística. Dessa maneira, apresentam-se como um mosaico complexo que revela não apenas diagnósticos e análises, mas caminhos possíveis, agendas de pesquisa e horizontes de cooperação entre ambos os países.

Nesse sentido, o dossiê reconhece que o diálogo do turismo cultural lusófono não se limita à língua portuguesa, mas que se trata de uma troca que envolve formas diversas de produzir e vivenciar territórios. Além disso, o dossiê reforça a importância das parcerias entre universidades, centros de pesquisa, órgãos públicos governamentais e comunidades locais, especialmente quando compreendemos o turismo como um fenômeno que exige uma abordagem interdisciplinar entre as humanidades e ciências sociais aplicadas.

Nunca é demais notar que os artigos que compõem esta edição ilustram o já tradicional campo das monografias regionais de estudos turísticos, abordando tanto as problemáticas da gestão e do planejamento, quanto os aspectos políticos e socioculturais de determinadas práticas turísticas em contextos periféricos. Prontamente, os trabalhos aqui postos resgatam importantes encontros e desencontros micro e macroestruturais das realidades de Moçambique e Brasil, inclusive as acadêmicas e de pesquisa, remando tanto na maré das possibilidades práticas de mudança via Política, quanto no debate técnico-propositivo do campo empresarial.

Este dossiê abre ainda perspectivas para se fazer a crítica ao passado colonial de ambos os países e como essa herança problemática repercute nos territórios e nos processos socioeconômicos e culturais de cada realidade turistificada. Como se trata de dois países de capitalismo periférico, dependentes e excluídos do centro decisório e hegemônico do Capitalismo informacional e neoliberal, Brasil e Moçambique terminam por reproduzir problemas e desafios estruturais da divisão social e territorial do trabalho, já que compartilham relações de produção e de trabalho muito próximas.

Eis que, em ambos os casos, malabarismos – práticos e acadêmicos – são efetuados para garantir certa manutenção de parte da dinâmica competitiva turística desses países. O atendimento humano é visto como elemento impulsionador do sentimento positivo da experiência turística, refletindo o impacto das experiências emocionais na memória afetiva dos visitantes. Daí que, no cerne desses estudos, impera uma constatação estrutural já muito conhecida – e até contraditoriamente negligenciada



– nos estudos turísticos, que é a precariedade material pronunciada dos destinos e o amadorismo e voluntarismo nas relações de trabalho, compensada basicamente pelo trabalho emocional e pelo sequestro da subjetividade do trabalhador que tenta driblar a baixa qualidade nos serviços com o “jeitinho”, empatia, amabilidade e improviso, e, não raras vezes, com a inventividade “malandra” que transforma dificuldades em vivências positivas do exótico.

Os seis artigos aqui postos ainda tocam em fragilidades centrais nas práticas turísticas ditas conservacionistas e preservacionistas, tais como a precariedade na gestão participativa e a baixa inclusão das comunidades nos processos decisórios, o que caracteriza a prática histórica e concreta de gestão turística como autoritária e centralizadora. É mostrado, no entanto, que a presença de comunidades nos processos de planejamento turístico reforça a necessidade da gestão participativa, e tanto Brasil quanto Moçambique têm avançado na integração entre turismo e conservação, utilizando os planos e instrumentos estratégicos para equilibrar as exigências socioambientais com as mercadológicas, mas que são identificadas divergências e contradições quanto à inserção da comunidade local nos processos mais básicos de decisão e nas estratégias de ordenamento territorial.

Brasil e Moçambique, ainda presos a uma herança histórica primário-exportadora, oligárquica e de grande concentração econômica, abraçam principalmente o turismo de natureza como força produtiva para tentar superar uma economia terciária dependente, ao mesmo tempo em que as condições materiais são desafiadas e pouco competitivas caso comparadas aos destinos turísticos do capitalismo central. Ambos os destinos compartilham problemas estruturais relacionados à segurança pública, à instabilidade institucional, aos gargalos logísticos e à falta de conservação e manutenção do patrimônio, o que entra em contradição com a ideia de inclusão social, conservacionismo e desenvolvimento sustentável.

Em suma, esta edição tem grande valor monográfico na medida em que aproxima os dois países e aponta politicamente para alternativas de redução das desigualdades regionais. Para o avanço futuro deste campo de análises comparativas, é salutar que se tenham análises estatísticas de fluxos de demanda e receitas globais de turismo nesses países, para que se possa analisar se, como e de que forma o turismo estaria distribuindo ou concentrando renda. Além disso, imersões etnográficas ajudariam a sair dos limites do campo bibliográfico-documental e dar maior concretude às análises, de modo a combater a mistificação ideológica de certos dados estatísticos apologeticos da ordem neoliberal em vigor.

Com este prefácio, convidamos o leitor a refletir sobre o fenômeno do turismo a partir dos artigos que seguem, reconhecendo que cada um deles é parte de um arcabouço maior, reafirmado pela pesquisa acadêmica e pelos laços culturais que historicamente interligam Brasil e Moçambique.

Boa leitura!